

Índios: falta diálogo

O projeto garante as terras indígenas. Mas era secreto . . .

Nos últimos catorze anos, abusou-se tanto do arbítrio, dos segredos, criou-se um abismo tão grande entre comunidade e governo que qualquer iniciativa oficial passa a ser criticada *a priori*, num verdadeiro processo às intenções. O mais recente exemplo: o projeto de emancipação dos índios, que chegou ao Palácio do Planalto no

somariam ao alentado contingente de "bóias-frias".

A partir dessas premissas, realizaram-se atos públicos no Rio (terça, dia 7), em São Paulo (dia 8) e em Brasília (dia 9), todos condenando veementemente o secreto projeto governamental. Em São Paulo, 2 mil pessoas — entre as quais alguns líderes indígenas — reuniram-se no auditório da

inalienabilidade, proibição de arrendamento etc".

O projeto estabelece, também, normas para a emancipação: em casos individuais, ela poderá ser concedida a requerimento do interessado ou a pedido da Funai, ouvido o índio. E dependerá de homologação judicial e inscrição no registro civil. Já a emancipação de comunidades só poderá

no escuro. O que se pode discutir é a oportunidade de se regulamentar a emancipação indígena. Já em setembro, dois meses antes, portanto, que o projeto ficasse pronto, antropólogos de diversos pontos do país, convocados pela Funai, decidiram, unanimemente, rejeitar a discussão da emancipação, exatamente por julgá-la inoportuna.

O governo reagiu, como de hábito, imperialmente: "O governo pode pedir sugestões, mas é de seu arbítrio aceitá-las ou não", diz o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira. E não aceitou a tese da inopertunidade do projeto regulamentando a emancipação.

De qualquer forma, as críticas dos indigenistas serviram para ampliar o alcance original do projeto. Agora, mais do que a emancipação, ele cuida também de reforçar, técnica, econômica e politicamente, a Funai.

Talvez por isso o indigenista Apoena Meirelles, que já teve alguns atritos sérios com a Funai mas participou desta vez da elaboração do texto do decreto, condena "os que se recusaram a discutir, os que fugiram ao debate". Apoena acha que eles "cometeram o mesmo erro combatido no governo anterior: a falta de abertura ao diálogo". Diga-se que Apoena também considera prematura a regulamentação, embora descarte qualquer conotação de genocídio ou etnocídio no projeto.

A essa altura, entretanto, pensar em diálogo é uma hipótese remota, a julgar pelas declarações do índio Néelson Xangrê, líder dos kaingang (RS), no ato público de quarta-feira em São Paulo: ele disse que, se for preciso, enche a sala do presidente, em Brasília, com um bando de índios ameaçadores. Detalhe: foi Xangrê quem comandou, em maio, de arma na mão, a expulsão dos invasores da reserva Nonoai.



Dom Thomas Balduino na PUC: os indigenistas no ataque

dia 30 mas teve divulgada apenas a sua exposição de motivos. Como — segundo lembrou o antropólogo Darcy Ribeiro — o ministro Rangel Reis disse, certa vez, que, em vinte anos, não haveria mais índios no Brasil, desconfiou-se, muito naturalmente, de que o tal projeto escondia, no fundo, a intenção de iniciar o processo de extinção. Como? Emancipado, o índio teria direito a comprar e vender terras — e, naturalmente, não resistiria ao assédio dos grandes grupos agroindustriais ávidos de terras. Em pouco tempo, era a conclusão lógica, os 150 ou 200 mil índios restantes no Brasil se

PUC e derramaram um rosário de lamúrias.

Inalienável. O projeto, entretanto, em seus dezessete artigos, garante a inalienabilidade das terras mesmo das comunidades indígenas emancipadas. Mais precisamente: diz que "as terras delimitadas e demarcadas nas quais vivem e trabalham as comunidades emancipadas permanecerão como patrimônio da União, cabendo aos índios sua posse permanente e usufruto exclusivo. Se houver interesse da comunidade, a Funai pleiteará doação das terras à comunidade, com cláusula de

ser declarada a requerimento de dois terços de seus membros, que satisfaçam as determinações do Estatuto do Índio. E ainda dependerá de inquérito a ser realizado por comissão de especialistas, parecer do Conselho Indigenista da Funai, parecer de comissão especial designada pelo presidente da Funai, parecer do presidente da Funai, do ministro do Interior e decreto do presidente da República.

É oportuno? A menos que o projeto contenha armadilhas secretas, parece razoável concluir que a discussão em torno dele está se dando